

## Além da cortina de fumaça REAÇÕES ÀS DECLARAÇÕES DA USTR SIMPLIFICAM LISTA DE OBSTÁCULOS À EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES

Marcelo de Paiva Abreu\*

Comentários recentes da *United States Trade Representative* (USTR), senhora Charlene Barshefsky, sobre o Brasil causaram perturbação em meios empresariais e governamentais. Segundo a maior autoridade do governo dos EUA em assuntos relativos à política comercial, o desempenho medíocre das exportações brasileiras ao contrário do que alega o Brasil, não é explicado pela existência de barreiras no mercado norte-americano, mas pelas dificuldades competitivas dos exportadores brasileiros. Sem perder a oportunidade de acrescentar mais um comentário sarcástico à sua coleção de tentativas de explorar as fissuras no Mercosul, Barshefsky mencionou a Argentina como exemplo de exportador bem sucedido para os EUA. Seus argumentos, dependendo do ângulo de análise, podem ser classificados de redondamente errados e absolutamente corretos.

São equivocados porque misturam argumentos relacionados à proteção nos EUA com a capacidade de competir do exportador brasileiro. Não parece ser papel normal da USTR dedicar-se ao estudo da competitividade de parceiros comerciais dos EUA. A USTR tentou desviar a atenção de um fato que é irretorquível e que deve ser examinado independentemente: as barreiras nos EUA às exportações brasileiras são substanciais, em alguns casos vergonhosas, e seu desmantelamento aumentaria em muito as exportações brasileiras.

As declarações podem, portanto, ser vistas como mais uma manifestação de truculência dos EUA na esfera comercial, sinalizando a reconhecida dificuldade norte-americana, agravada no mundo unipolar, de conciliar objetivos comerciais gerados pelas pressões políticas internas por proteção com a liberalização dos mercados mundiais. Desde o final dos anos setenta a agenda comercial norte-americana se tem revelado crescentemente etnocêntrica. Visto de Washington, como lembrou recente capa da revista *The Economist*, o resto do mundo murcha progressivamente e a agenda mundial é ditada pelo equilíbrio de *lobbies* que podem ser bastante obscurantistas, sejam eles do velho estilo de proteção à indústria senil, ou fantasiados mais modernamente, como no caso de normas trabalhistas ou meio ambiente.

Entretanto, muitos círculos empresariais brasileiros pareceram excessivamente interessados em um rápido abandono do assunto, depois de sumária censura às declarações da alta funcionária norte-americana. Mas não estivesse a senhora Barshefsky tratando de criar uma cortina de fumaça para o óbvio protecionismo dos EUA, seus comentários podem ser

considerados extremamente pertinentes. De fato, existe um problema estrutural quanto às exportações brasileiras, detectado pelo menos desde a virada dessa década. Por falta de competitividade, perdem participação nos mercados dos produtos cuja demanda cresce mais rapidamente e a demanda por muitos produtos nos quais o Brasil é competitivo cresce mais lentamente do que a média do comércio internacional. Este problema precede de muito o plano Real e seria um erro tentar associá-lo exclusivamente a flutuações da taxa de câmbio real. O declínio do desempenho das exportações seguiu-se ao desmantelamento do generoso sistema de subsídios às exportações adotado nas décadas de setenta e oitenta. A justificativa possível dos subsídios seria a criação de capacidade exportadora, mas o sucesso parece ter sido limitado: os exportadores tornaram-se dependentes de subsídios e, sem eles, não exportavam.

A desvalorização real ocorrida desde janeiro desse ano certamente excedeu as expectativas dos mais extremados críticos da política cambial anterior, em geral confiantes em uma rápida reação das exportações. A resposta, bastante mais lenta do que seria previsível com base na experiência internacional, não é explicada apenas por queda de preços. Tende, também, a confirmar a importância das limitações estruturais a um bom desempenho exportador. Dado este quadro, o que se vê é quase nenhuma autocritica quanto às possíveis raízes empresariais dessa debilidade competitiva estrutural. Cada vez mais frequentemente, a reação é escalar as demandas em relação a tratamento privilegiado por parte do governo, aumentando demandas por proteção, por financiamentos privilegiados, por renúncias fiscais adicionais..

É falsa a opção, apresentada como inexorável por alguns analistas, entre o País ceder às demandas das grandes economias desenvolvidas quanto à intensidade e ritmo da implementação de políticas liberalizantes, especialmente na OMC, ou retroceder às políticas distorcidas do passado. Essas duas alternativas extremas não atendem aos interesses da maioria da população brasileira. Os custos no médio prazo da aceitação integral da agenda dos desenvolvidos, certamente com forte desequilíbrio de concessões recíprocas, poderia ser elemento de desestabilização importante. Por outro lado, uma regressão às políticas autárquicas que sobreviveram até a segunda metade dos anos oitenta é inaceitável.

A pretensão lógica parece ser: já que, mesmo com uma desvalorização real da ordem de 40%, é difícil gerar resultados decentes na balança comercial, por que não adotar remédios tradicionais, tais como proibir as importações de produtos supérfluos ou aumentar as tarifas de importação? Ceder a estas pressões significa o reconhecimento da incapacidade de a produção brasileira competir tanto no mercado internacional quanto no doméstico. Retira qualquer estímulo ao aumento da eficiência dos produtores domésticos. Onera os consumidores. Abre espaço para significativos aumentos de preços, hoje mantidos sob controle pela concorrência das importações. Reduz o estímulo para que os resultados da política macroeconômica no Brasil convirjam para a norma internacional. Além disto, dificilmente seria exequível nos marcos do sistema multilateral. Ao Brasil interessa continuar na rota de liberalização sustentada a um ritmo compatível com a capacidade de acomodar politicamente os ajustes estruturais requeridos por esse processo.

-----

\*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

